



154
12

1ª Câmara de Direito Público

(JULGAMENTO SIMULTÂNEO)

Agravo na Apelação nº 0327373-8 (N.P.U. 0189936-76.2012.8.17.0001)

Agravante: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Agravado: Edmilson Mendes da Silva

e

Agravo na Apelação nº 0327373-8 (N.P.U. 0189936-76.2012.8.17.0001)

Agravante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Agravado: Edmilson Mendes da Silva

Relator Des.: Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. POLICIAL MILITAR. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. RECURSOS DESPROVIDOS.

1. Este e. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco tem posicionamento pacificado no sentido de que as vantagens de natureza genérica percebidas pelos funcionários da ativa devem ser extensíveis aos inativos e pensionistas, na esteira do posicionamento da Corte Suprema de Justiça.

2. Depreende-se, pois, que, aos inativos e pensionistas, é devida a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, já que, segundo posicionamento uníssono, possui ela caráter de generalidade, a consubstanciar tal extensão.

3. O entendimento firmado é no sentido de que a Lei Complementar nº. 59/2004, ao criar a vantagem em comento, definiu a sua concessão para todos os tipos de atividade policial, pois todas as atividades que podem ser exercida pelos militares estão enumeradas no artigo 8º.

4. Então, em respeito à Constituição Federal, os benefícios concedidos aos servidores da ativa, com caráter de generalidade, devem ser extensivos aos pensionistas e inativos.

5. Não merece guarida a alegação do Ministério Público por dois motivos: 1. O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza que o relator dê provimento à Apelação monocraticamente, não havendo qualquer ressalva quanto à sentença baseada no art. 285-A do Código de Processo Civil; 2. Não há como se anular a sentença monocrática, pois não há nela qualquer

11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

155
2

nulidade a ser sanada, já que foi proferida corretamente com base no art. 285-A do CPC, no julgamento de improcedência de demanda já apreciada inúmeras outras vezes pelo Magistrado.

7. Recursos desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Agravos na Apelação nº. 0327373-8, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por maioria de votos, vencido o Des. Fernando Cerqueira, conhecer dos Recursos de Agravo e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 13 de maio de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

156
2

1ª Câmara de Direito Público

(JULGAMENTO SIMULTÂNEO)

Agravo na Apelação nº 0327373-8 (N.P.U. 0189936-76.2012.8.17.0001)

Agravante: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Agravado: Edmilson Mendes da Silva

e

Agravo na Apelação nº 0327373-8 (N.P.U. 0189936-76.2012.8.17.0001)

Agravante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Agravado: Edmilson Mendes da Silva

Relator Des.: Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de dois Recursos de Agravos (fls. 132/136-v e 141/147), interpostos pela FUNAPE e pelo Ministério Público, com fundamento no Art. 557, §1º, do CPC, em face da decisão terminativa proferida na Apelação Cível que deu provimento ao recurso para reformar a sentença, concedendo ao militar o direito de receber em seus proventos, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo.

Nas razões deste recurso, a FUNAPE defende que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo possui natureza *propter laborem*, não podendo ser incorporada pelos inativos e pensionistas.

O Ministério Público, por sua vez, em suas razões recursais, defende que a decisão terminativa combatida deveria ter anulado a sentença baseada no art. 285-A do CPC, com o retorno dos autos à 1ª instância, para prosseguimento do feito, não sendo lícito, por evidente ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, julgar procedente a demanda.

É o relatório.

Recife, 17 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

157
2

1ª Câmara de Direito Público
(JULGAMENTO SIMULTÂNEO)

Agravo na Apelação nº 0327373-8 (N.P.U. 0189936-76.2012.8.17.0001)

Agravante: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Agravado: Edmilson Mendes da Silva

e

Agravo na Apelação nº 0327373-8 (N.P.U. 0189936-76.2012.8.17.0001)

Agravante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Agravado: Edmilson Mendes da Silva

Relator Des.: Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO - MÉRITO

O art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 59/2004 define cinco grupos de atuação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e dentre eles, prevê o policiamento ostensivo (inciso I). Já o art. 2º conceitua e determina as áreas de atuação desse grupo. Vejamos:

“Art. 2º: O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar e abrange as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vistas à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei nº 11.328, de 11 de janeiro de 1996”.

O art. 8º da mencionada Lei Complementar cria a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, definindo que ela será concedida *“aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º desta Lei Complementar e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos Órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo”.*

Pela leitura do mencionado dispositivo, percebe-se que ele congratula com o recebimento da mencionada gratificação, na prática, todos os tipos de atividade policial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

152

Explico: todos os policiais da ativa deverão receber a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, pois todas as atividades que podem ser realizadas pela polícia estão enumeradas no corpo do art. 8ª como merecedoras de tal gratificação.

Isso faz com que o vergastado adicional tenha caráter de generalidade, essencial para que seja incorporado aos proventos dos militares inativos e pensionistas.

Este Egrégio Tribunal, por meio das suas Câmaras de Direito Público, em diversas oportunidades decidiram pelo caráter genérico de tal Gratificação, já que devida a todos os policiais da ativa, indistintamente.

Colaciono julgado da 1ª Câmara de Direito Público:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. VIOLAÇÃO A CLÁUSULA DA RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. LCE 59/2004. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. EXTENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS. AGRAVO LEGAL DESPROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS. I - Em que pese a Lei Complementar Estadual 59/2004, em seu art. 14, ter vedado expressamente a possibilidade da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo ser incorporada a proventos ou pensões, a parcela é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, as quais compreendem, na prática, todos os tipos de atividade policial. Diante de seu caráter de generalidade, portanto, lúdima se mostra a sua extensão aos inativos e pensionistas. II - O reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97, da CF/88). III - Agravo Legal desprovido, por maioria de votos. (TJPE, Agravo 326599-8 0001264-19.2014.8.17.0000, Relator(a) Jorge Américo Pereira de Lira, Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público, Data do Julgamento: 25/03/2014)

Da mesma forma, entende a 2ª Câmara de Direito Público. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS/REFORMADOS. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO INSTITUÍDA PELA LEI ESTADUAL Nº 59/04. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. VEROSSIMILHANÇA DA

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

159
2

*ALEGAÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1.A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de percepção, pelos autores/agravantes, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 2.De proêmio, afastou-se a arguição de prescrição do fundo do direito, tendo em vista que as relações jurídicas em tela são de trato sucessivo, e bem assim pela inexistência, nos autos, de evidência de indeferimento administrativo dos direitos pleiteados. 3.E, sendo certo que a ação foi ajuizada em 07 de novembro de 2012, restam prescritas apenas as prestações vencidas anteriormente ao quinquênio imediatamente antecedente à sua propositura. 4.No plano de mérito, verifica-se que os autores/agravantes promoveram a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação e ao deslinde do feito, restando comprovadas as suas condições de policiais militares da PMPE - o que, aliás, não foi impugnado pela agravada - sendo certo, mais, como dito, que a questão da extensão da perquirida gratificação aos vencimentos/proventos em lume constitui matéria exclusivamente de direito. 5.No que se refere à alegada necessidade de lei específica para a fixação ou alteração da remuneração dos servidores públicos, tenho que era a própria Constituição Federal (art. 37, X) - na redação vigente à época - que amparava o direito à paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio 'tempus regit actum'), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 6.Assim, o reconhecimento da verossimilhança da alegação relativa ao caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido dos autores/agravantes. 7.De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, as quais compreendem, na prática, todos os tipos de atividade policial, isto a denotar o seu caráter de generalidade. 8.Nessa linha, observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. 9.Por isso, impõe-se o reconhecimento da presença tanto do *fumus boni iuris* como do *periculum in mora* na hipótese vertente (este último pelo evidente caráter alimentar da verba em lume). 10.Agravo de Instrumento provido, em ordem a reformar a decisão de primeiro grau, assegurando*

ERIK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

160
2

aos autores/agravantes o direito à percepção da integralidade de suas pensões por morte, nelas incluídas a gratificação de risco de policiamento ostensivo. (TJ-PE - AG: 343435420128170001 PE 0021653-93.2012.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 10/01/2013, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 11, undefined)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO REGIMENTAL. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. VIOLAÇÃO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO CARACTERIZADA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO POR UNANIMIDADE. 1. A concessão de liminar em matéria previdenciária contra o Poder Público não fere o caráter vinculante da decisão proferida pelo STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 04/DF, conforme preceitua a Súmula nº 729/STF. 2. Como cediço, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, nos termos do art. 8º da LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. 3. O reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente, por si só, para implicar no deferimento do pedido em favor do agravado, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário. Nesse sentido, inclusive, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal a exemplo do ARE 686995. 4. Agravo de Instrumento provido. Decisão por unanimidade. Prejudicado o Agravo Regimental. (TJPE, Agravo de Instrumento 327515-6 0001769-10.2014.8.17.0000, Relator(a) José Ivo de Paula Guimarães, Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Público, Data do Julgamento: 27/03/2014)

Colaciono, ainda, julgados da 3ª Câmara de Direito Público no mesmo sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. EXTENSÍVEL AOS POLICIAIS MILITARES APOSENTADOS. POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO ATRAVÉS DE MEDIDA LIMINAR, POSTO QUE SE TRATA DE MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO À



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

161
82

UNANIMIDADE. PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL. 1. Os art. 1º Lei nº 9.494/97 c/c art. 1º da Lei nº 8.437/92 limitam as hipóteses de concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, dispositivos que foram julgados constitucionais pelo STF no bojo da ADC nº 4. Ocorre que o Pretório Excelso editou a Súmula 729 segundo a qual a decisão proferida naquela ação declaratória de constitucionalidade nº 4 não é aplicável às causas de natureza previdenciária, extraindo-se a idéia de que, ao menos em tese, não há óbice legal à concessão da antecipação de tutela em causas de natureza previdenciária, sendo exatamente essa a hipótese dos autos, pois referente ao pagamento de proventos a inativos. 2. A jurisprudência deste eg. TJPE, que já analisou diversos casos semelhantes ao ora tratado, tendo firmado entendimento no sentido de que a Gratificação de Risco Policiamento Ostensivo é extensível aos policiais militares aposentados. Entendeu, ainda, que é possível a implantação desta referida gratificação através de uma medida liminar, pois, nestes casos, encontram presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 273 do CPC. 3. Não há perigo de irreversibilidade da antecipação da tutela, pois recente julgado da 1ª Seção do STJ afirmou ser possível o beneficiário restituir os valores percebidos em antecipação de tutela, quando posterior sentença baseada em cognição exauriente entender ser a verba indevida, mesmo tratando-se de parcelas de caráter alimentar (REsp 1.384.418/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Sessão de 12/06/2013). 4. Do mesmo modo, também não deve prevalecer a tese de que a extensão da referida gratificação aos inativos dependeria, necessariamente, de declaração de inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 59/2004, sob pena de ofensa à cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF) e à Súmula Vinculante nº 10 do STF. Pois, em sessão realizada em 28 de agosto de 2012, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal proferiu julgamento unânime no sentido de que o caráter geral da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, interpretação conferida por este eg. TJPE à parcela prevista na Lei Complementar Estadual nº 59/2004, não implica violação à cláusula de reserva de plenário, tampouco à Súmula Vinculante nº 10. 5. À unanimidade de votos, foi dado provimento ao agravo de instrumento, PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL. (TJPE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010102-82.2013.8.17.0000 (0315361-7), Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior, ORGAO JULGADOR: 3ª Câmara de Direito Público, DATA JULGAMENTO: 03/04/2014)

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, §

CDL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

162
v

7º E 8º. DA CF/88. AUTOAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE AFRONTA À CLAUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1 - O cerne da lide versa sobre integralização de proventos de inatividade, mais precisamente no que concerne à gratificação de risco de policiamento ostensivo. A questão é de fácil deslinde, porquanto restrita à polêmica acerca da natureza da gratificação perseguida, se propter laborem ou não. Cumpre notar que já é entendimento uníssono dos tribunais que, quando a gratificação for genérica, será extensível aos inativos e a contrário sensu, em se tratando de gratificação propter laborem, apenas terão direito ao benefício aqueles que exerceram a referida atividade; 2 - In casu, a pretensão do ora agravado é de que haja a equiparação entre os seus proventos de inatividade e os vencimentos dos policiais militares da ativa, com fundamento no art. 40, parágrafo 7º e 8º da Constituição Federal; 3 - Segundo a jurisprudência consolidada deste Egrégio TJPE, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação aos proventos ou pensões dos referidos militares, ela, indubitavelmente, detém verdadeiro caráter geral, haja vista consubstanciar, na prática, e de acordo com a interpretação do seu conteúdo na norma de regência, uma vantagem inerente a todo o efetivo da PMPE em decorrência do exercício de atividade fim da Corporação; 4 - De fato, a gratificação em apreço é paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não estando sob a dependência de aspectos individuais ou circunstâncias peculiares às atribuições funcionais dos servidores que a percebem na ativa, o que deflui da literalidade dos artigos da própria LC nº 59/04 que explicitam a estrutura da Polícia Militar do Estado de Pernambuco; 5 - E não há que se falar em afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria; 6 - A conclusão no sentido de que as atividades de "Policiamento Ostensivo" são de caráter geral para os que integram a Polícia Militar do Estado de Pernambuco igualmente se extrai da literalidade dos artigos 4º, 5º e 6º da LC nº 59/04, que conceituam, respectivamente, os grupos de "Apoio Operacional", relativo às ações de suporte aos serviços dos grupos de "Policiamento Ostensivo" (da Polícia Militar) e "Defesa Civil" (do Corpo de Bombeiros Militar); "Apoio Administrativo", vinculado à gestão administrativa da PM e CBPM e, por fim, "Apoio Assistencial e de Saúde", respeitante aos serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, paramédicos, veterinários e os respectivos serviços auxiliares, estas sim qualificáveis como atividades-meio e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

163
R

pertinentes a grupos específicos; 7. No que concerne à suposta afronta à cláusula de reserva de plenário, é certo que, malgrado o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 678627, tenha anulado acórdão da 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público) deste Tribunal, exarado nos autos da Apelação Civil nº 229.802-0, da Relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello, por entender que ele foi proferido em afronta à Súmula Vinculante nº 10 do STF, dando ensejo à arguição de inconstitucionalidade perante a Corte Especial deste TJPE, mantenho firme meu entendimento no sentido de rechaçar a alegação de quebra da citada cláusula, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria; 8. O próprio Supremo Tribunal Federal não é uníssono em reconhecer a existência de afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto, ao julgar agravos regimentais em recursos extraordinários sobre a matéria em tela, firmou entendimento em sentido diametralmente oposto. (ARE 686995 AgR; ARE 676661 AgR); 9. Recurso de Agravo que se nega provimento à unanimidade de votos. (TJPE, Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 315477-0, RELATOR: Luiz Carlos Figueirêdo, ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara de Direito Público, DATA JULGAMENTO: 03/04/2014)

Por último, colaciono julgados da 4ª Câmara de Direito Público no mesmo sentido:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. HIPÓTESE DE EXTENSÃO DO BENEFÍCIO AOS PENSIONISTAS E INATIVOS. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO TRIBUNAL. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. (TJPE, Agravo nº 326017-1, Relator: André Oliveira da Silva Guimarães, ÓRGÃO JULGADOR: 4ª Câmara de Direito Público, DATA JULGAMENTO: 28/03/2014)

PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. EXTENSÃO A POLICIAL INATIVO. CARÁTER GERAL DA GRATIFICAÇÃO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO TRIBUNAL. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1- Trata-se de Recurso de Agravo, previsto no §1º do art. 557 do CPC, interposto à iniciativa do Estado de Pernambuco e da FUNAPE - Fundação de

Erik



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

164
R

Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco, contra decisão terminativa que negou seguimento ao Agravo de Instrumento nº 0325480-0, mantendo a decisão recorrida que deferiu a incorporação no contracheque da parte autora da parcela referente à gratificação de risco de policiamento ostensivo. 2-Alegam ainda, como prejudicial de mérito, a ocorrência da prescrição, argumentando que a LC 59/2004 (disciplinadora da matéria sub judice) é lei de efeitos concretos, não se podendo falar em direito de trato sucessivo, e, portanto já tendo decorrido o quinquênio prescricional. 3-Afirmam a natureza propter laborem da gratificação perquirida e sua não extensão automática e indistinta em caráter geral e permanente a todos os ativos., bem como a vedação expressa à sua incorporação a proventos ou pensões. 4- A discussão de fundo já se encontra pacificada no plano local, consoante demonstram os precedentes: Recurso de Agravo 11174140-8/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 24.03.2009; Recurso de Agravo de Instrumento 0286280-0, Relator Des. Antenor Cardoso Soares Junior; e no plano de Tribunal Superior, conforme citado: AgRg no Ag 940168/RJ, T5, Rel Min Jorge Mussi, DJ 04/12/2008. 5- De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo". 6- Por sua vez, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. 7- Ora, o teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em comento, por contemplar os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. Por isso, impõe-se a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Risco Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 8- Inexiste qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão tomada por esta Relatoria. 9- À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo. (TJPE, Agravo 325480-0 0000672-72.2014.8.17.0000, Relator(a) Rafael Machado da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

165
12

Cunha Cavalcanti. Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Público. Data do Julgamento: 28/03/2014)

Assim, entendo que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo tem caráter de generalidade, devendo ser paga a todos os militares, ativos e inativos.

Então, em respeito à Constituição Federal, os benefícios concedidos aos servidores da ativa, com caráter de generalidade, devem ser extensivos aos pensionistas e inativos.

Entendo, ainda, que não merece guarida a alegação do Ministério Público por dois motivos:

1. O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza que o relator dê provimento à Apelação monocraticamente, não havendo qualquer ressalva quanto à sentença baseada no art. 285-A do Código de Processo Civil;
2. Não há como se anular a sentença monocrática, pois não há nela qualquer nulidade a ser sanada, já que foi proferida corretamente com base no art. 285-A do CPC, no julgamento de improcedência de demanda já apreciada inúmeras outras vezes pelo Magistrado.

Pelo exposto, voto pelo desprovisionamento dos recursos de agravo, devendo ser mantida a decisão terminativa combatida.

Recife, 13 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



170

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 13.05.2014

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 327373-8

AGRAVANTE: FUNAPE – FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: EDMILSON MENDES DA SILVA

RELATOR: DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

RELATÓRIO À FL. 156 E VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 157/165 DOS
AUTOS, RESPECTIVAMENTE.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Em relação ao Desembargador Erik, senhor Presidente, eu li todos os feitos fora de pauta e estou de acordo com todos extra-pauta. Nenhum pedido de esclarecimento, nenhuma observação a fazer; de acordo com todos.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Eu estou de acordo com todos, Desembargador Erik, mas eu gostaria de pedir uma observação em relação ao número 10 (Nº 377373-8) que é policiamento ostensivo.

O número 10 é por maioria.

DR. FRANCISCO SALES (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Desembargador, só com relação ao número 10, se Vossa Excelência me permite, há também um recurso do Ministério Público, ele é agravante também. Eu acho que é uma questão processual, por *erro in procedendo*, porque se pede a nulidade da sentença pela aplicação do 285-A, pelo menos é o que Vossa Excelência dá a entender aqui. Há um questionamento com relação à decisão monocrática e Vossa Excelência dá a entender no item V, diz:

“Não merece guarida a alegação do Ministério Público por dois motivos: o art. 557 do Código de Processo Civil autoriza que o relator dê provimento à Apelação monocraticamente, não havendo qualquer ressalva quanto à sentença baseada no art. 285-A do Código de Processo Civil; Não há condição de anular a sentença monocrática, pois não há nela qualquer nulidade a ser sanada.”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Eu analisei o caso, o recurso do Ministério Público:

“Não merece guarida a alegação do Ministério Público por dois motivos: 1. O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza que o relator dê provimento à Apelação monocraticamente, não havendo qualquer ressalva quanto à sentença baseada no art. 285-A do Código de Processo Civil; 2. Não há como se anular a sentença monocraticamente, pois não há nela qualquer nulidade a ser sanada, já que foi proferida corretamente como base no art. 285-A do CPC, no julgamento de improcedência de demanda já apreciada inúmeras outras vezes pelo Magistrado”.

Então eu conheci também, mas desprovi tanto o recurso do Ministério Público quanto o da FUNAPE foi também apreciado.

DR. FRANCISCO SALES (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Entendi.

A minha dúvida é justamente essa Desembargador, porque se foi por *erro in procedendo*, ou seja, com relação à técnica a ser aplicada do art. 285-A, seria a nulificação do *decisum* e o retorno ao Órgão primeiro.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Na ocasião desse voto eu aprecie e entendi que estaria correta a sentença do juiz monocrático.

DR. FRANCISCO SALES (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Há um recurso do Ministério Público? É isso que eu estou perguntando.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Há. Exatamente. É um julgamento simultâneo. Agravante FUNAPE e Ministério Público. Conheci os dois, mas julguei improcedente.

Posso anunciar em relação a esse senhor Presidente?



171

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Pode.

DECISÃO:

**"POR MAIORIA, VENCIDO O DES. FERNANDO CERQUEIRA, A TURMA
NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO
RELATOR."**

Guil